

Recomendação n.º 34

Pesca Ilegal, Não Declara e Não Regulamentada – o caso da Guyana Francesa

Considerando a ameaça que a pesca ilegal, não-declarada e não-regulamentada (INN) representa, tal como é praticada atualmente na Guyana Francesa, para a preservação das: tartarugas marinhas, mamíferos marinhos, cienídeos (pescada-amarela - *Cynoscion acoupa*)¹, lutjanídeos, raias e tubarões. A importância da fileira da pesca e da aquicultura na Guyana Francesa, destaca-se por ser o primeiro contribuinte da economia azul, em termos de emprego (com mais de 450 postos de trabalho) e o terceiro maior contribuinte em termos de produção². A exploração de 60 % dos recursos haliêuticos da Guyana Francesa, é realizada por pescadores numa situação de pesca INN, de acordo com o último estudo científico sobre o assunto³;

Reconhecendo: o compromisso dos deputados da Guyana Francesa relativamente a questão da pesca INN; os esforços do setor da pesca profissional, representado pelo *Comité Regional de Pêches Maritimes et Élevages Marins Guyane* (CRPMEM Guyane), com vista a limitar a captura accidental de tartarugas marinhas e de grandes mamíferos marinhos, por intermédio de projetos realizados em conjunto com a *World Wide Fund for Nature* (WWF) e o *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS)^{4 5}; a cooperação internacional através, designadamente, da assinatura em 2017 de um acordo entre a França e o Suriname sobre a delimitação marítima a partir da foz do Maroni, integrando objetivos para a luta contra o desenvolvimento da pesca INN⁶; o pedido do setor da pesca concedido no âmbito dos acordos de *Cayenne*, com vista a uma presença permanente de meios náuticos (tipo GRAGE) nas fronteiras orientais e ocidentais⁷ e o anúncio feito pelo governo relativo à instalação de dois radares de vigilância marítima nas fronteiras em 2015⁸;

¹ Chao, L., Nalovic, M. & Williams, J. (2021). *Cynoscion acoupa*. The IUCN Red List of Threatened Species 2021.

² Vertigo Lab (2020). A economia azul da Guiana. Infografia.

³ IFREMER (2012). Estimativa da pesca ilegal estrangeira na Guiana Francesa.

⁴ WWF France, Antenne Guyane (2019). Relatório final PALICA. Pesca Ativa para Limitar as Interações e Capturas Acidentais. Relatório; Participação nos projetos PALICA II e ARRIBA (em curso).

⁵ M.H. Duffaud, L. Kelle, M. Nalovic, G. Feuillet (2011). O plano de recuperação de tartarugas marinhas da Guiana Francesa: balanço e perspectivas. Boletim da Sociedade Herpetológica da França, 139e140: 71 e 83 pp.

⁶ Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros (2018). Decreto n.º 2018-1157 de 14 de dezembro de 2018 que procede à publicação do acordo de delimitação marítima entre o governo da República Francesa e o governo da República do Suriname (em conjunto com um anexo), celebrado em Paris a 8 de novembro de 2017.

⁷ Acordos de Cayenne de 1 de abril de 2017. Exame das reivindicações do CPMEM da Guiana - Registo das decisões.

⁸ Berthelot, C. (2016). Monitorização da água, Perspetivas. Pergunta à Ministra do Ambiente, Energia e Mar n.º 96193 publicada no JO a 31/05/2016 (p. 4602).

Considerando ainda, o aumento de 30 % das atividades de pesca INN na Reserva Natural Nacional de *Amana*, um local de importância internacional para a nidificação de tartarugas marinhas, com cerca de 25 *tapouilles* (embarcações) ilegais registadas em águas francesas, registadas durante um levantamento aéreo entre *Iracoubo* e o estuário do *Maroni* em 2021, em comparação com apenas 4 registados no ano 2000⁹.

Os deputados do CRPMEM da Guiana Francesa estão preocupados com o facto de, apesar dos documentos de anteriormente enviados^{10 11 12 13 14 15 16 17 18 19}, a alertar para a prática da pesca INN nas suas águas, a mesma parece estar a aumentar, representando uma grande ameaça para a sobrevivência das tartarugas marinhas, o turismo que aumenta, a sustentabilidade da pesca de pequena escala e a de subsistência da Guiana Francesa.

Assim, o Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas **recomenda que, a Comissão Europeia e os Estados Membros, realizem todos os esforços necessários, para iniciar de forma eficaz o combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, na Guiana Francesa, bem como nas restantes Regiões Ultraperiféricas, nomeadamente reforçando a sanção para quem pesca e para quem compra.**

⁹ Guiana 1.º (2021). Os pescadores ilegais ganham terreno a ocidente da Guiana. Artigo publicado a 21 de outubro de 2021 após o levantamento aéreo ULM realizado pelo WWF.

¹⁰ Berthelot, C. (2009). Aquacultura e pesca profissional, Pesca, Recursos haliêuticos, Preservação. Pergunta à Assembleia Nacional n.º 64636 publicada no JO a 24/11/2009 (p. 819) e resposta publicada no JO a 26/01/2010 (p. 11013).

¹¹ Patient, G. (2012). Luta contra a pesca ilegal. Pergunta escrita n.º 21883, publicada no JO do Senado de 19/01/2012 (p.138) e resposta do Ministério da Agricultura, Alimentação, Pescas, Assuntos Rurais e Planeamento Urbano e Rural, publicada no JO do Senado de 08/03/2012 (p. 637).

¹² CSRPN (2012). Moção contra a pilhagem dos recursos haliêuticos na ZEE da Guiana. Moção.

¹³ CRPMEM (2012). Resposta à “moção contra a pilhagem”. Artigo Blada.

¹⁴ Karam, A. (2018). Reforço da luta contra a pesca ilegal na Guiana. Pergunta oral n.º 0245S, publicada no JO do Senado de 22/02/2018 (p. 749) e resposta do Ministério dos Territórios Ultramarinos publicada no JO do Senado de 21/03/2018 (p. 2423).

¹⁵ UICN (2020). Reduzir o impacto da pesca na biodiversidade marinha. Moção.

¹⁶ CRPMEM Guiana (2020). Pedido de sanções junto da Comissão Europeia contra os países responsáveis pela pesca INN na ZEE da Guiana. Moção.

¹⁷ Comissão da condição animal (2020). Uma abordagem mais sustentável e mais ética da pesca. Moção.

¹⁸ Senado (2022). Os Territórios ultramarinos no centro da estratégia marítima nacional. Relatório de informação.

¹⁹ Reservas naturais da França (2022). Moção sobre a pesca ilegal estrangeira nas áreas marinhas protegidas da Guiana.